
SESSÕES DO PLENÁRIO

12ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Especial com o objetivo de discutir a regularização do serviço de mototáxi no Estado da Bahia, proposta pelo nobre deputado do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, Álvaro Gomes. Convido o Exmº Sr. Deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão, para compor a Mesa. Convido a nobre parlamentar, deputada Antônia Pedrosa, para compor a mesa; convido o senhor representante do senador João Durval Carneiro, Miled Cussa Filho; convido a Srª Vereadora da Prefeitura Municipal do Salvador, Léo Kret, do PR; convido o Sr. Comandante do Esquadrão Águia, major PM Antônio Fernando Azevedo; convido o Sr. Capitão PM, Arnaldo Neto, coordenador de Cadastro e Controle de Veículos, representando o Sr. Diretor Geral do Detran, Sr. Adriano Romariz; convido o Sr. Presidente do Sindmoto, Henrique Balthazar; convido o Sr. José Ramos de Jesus, representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – Sesp; convido o Sr. Vereador da cidade de Juazeiro, do PT, o Sr. Mitônio Vargas, para compor a Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre deputado Álvaro Gomes, autor desta sessão, para fazer o seu pronunciamento. Deputado Álvaro, gostaria de convidar para compor a Mesa o nobre deputado Bira Corôa, do PT.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, deputada Antônia Pedrosa, deputado Bira Corôa, Sr. Miled Cussa Filho, representando o senador João Durval; vereadora da Câmara Municipal do Salvador, Léo Kret - Léo Kret está cheia de moral, foi chegando e a turma foi aplaudindo, está abraçando essa bandeira, não é? -, o Comandante do Esquadrão Águia, major Antônio Fernando; capitão Arnaldo Neto, coordenador de Cadastro e Controle de Veículos, representando aqui o diretor do Detran; Sr. Henrique Balthazar; presidente do Sindmoto; Sr. José Ramos de Jesus, representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, e o Sr. Mitônio Vargas, que é vereador de Juazeiro e também é mototaxista.

Temos aqui hoje nesta sessão especial várias associações de mototáxi: Associação de Camaçari, Associação de Juazeiro... Quais são as cidades? Ajudem-me aqui, quais são? Associação dos Mototáxis de Candeias, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Valença; aqui de Salvador, São Cristóvão, Cajazeiras, Pirajá, São Caetano, Plataforma, Paripe, Liberdade – Juazeiro da Bahia está, inclusive, na Mesa -, Cosme de Farias, Estrada Velha do Aeroporto. No decorrer da sessão vamos anunciando as

representações.

Na realidade, na véspera do feriado de primeiro de maio, feriado prolongado, porque no final de semana, sexta, sábado e domingo, temos aqui a presença de dezenas de mototaxistas de muitas associações, muitas entidades. Inclusive convidei, até para que a gente possa fazer o exercício da democracia nesta Assembleia Legislativa, o presidente da Associação dos Taxistas, Valdeilson, que se encontra presente. No decorrer da sessão, ele poderá fazer suas colocações, suas ponderações. O fato é que estamos realizando hoje uma sessão especial sobre a regulamentação do serviço de mototáxi.

Observamos que em todas as cidades do País existe este serviço. São milhares de mototaxistas, são milhares de pessoas transportadas por este serviço. O serviço de motocicleta cada vez mais ganha força, seja na entrega de encomendas, seja no transporte de pessoas, principalmente no interior do nosso Estado esse serviço tem crescido de forma assustadora.

Portanto a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia não poderia deixar de debater um assunto de tão grande importância. O objetivo é travarmos o debate, a discussão, no sentido da regulamentação para que, tanto os mototaxistas, quanto as pessoas que são transportadas, tenham uma maior segurança, maior tranquilidade.

Sei que esta é uma questão muito polêmica, tão polêmica que existem decisões judiciais no sentido de que o município não pode regulamentar. Por outro lado, existem muitos municípios que já regulamentaram, já fizeram as suas leis municipais. No Congresso Nacional tramitam projetos, proposições, no sentido da regulamentação, no Senado também. É uma questão polêmica que merece o debate, o aprofundamento, a reflexão da sociedade. E a Assembleia Legislativa não poderia deixar de travar esse debate, não poderia deixar de convidar todos os representantes dos mototaxistas para que encontremos uma solução.

Não adianta uma lei dizendo que é proibido circular mototáxi, não adianta uma lei dizendo que não pode, porque o mototáxi é uma realidade objetiva em todo o Brasil. O Supremo Tribunal e os Tribunais têm de enxergar esta realidade, têm de entender que existem mototáxis circulando e estão transportando pessoas. Esta é uma questão concreta e objetiva.

Então, ao invés de se fazer leis que não têm nenhuma eficácia, é preciso atentar para este segmento e buscar soluções no sentido de aumentar a segurança seja dos próprios mototaxistas, seja da própria população.

Em São Paulo, houve aquela discussão e polêmica que – de meu ponto de vista foi absurda – não dizem respeito diretamente aos mototaxistas, mas em relação a todas as motos, porque as motos têm de circular atrás dos carros e tal. Isso é um absurdo e inaceitável. Não há sentido nisso.

Ora, vejam, se o serviço de moto existe exatamente em função do crescimento das grandes cidades, do número de carros, dos congestionamentos, o serviço de mototáxi vem no sentido de agilizar o transporte seja de mercadorias, seja de pessoas. Este transporte, inclusive, é para reduzir custos, diminuir o consumo de gasolina no sentido de defender o meio ambiente. E, aí, há o serviço de mototáxi. Agora, vem-se com esta tentativa de proibir que os mototáxis sejam mais ágeis, que possam circular e ultrapassar os carros ! Então, não há sentido ter legislações com este porte e com este

conteúdo.

É preciso enxergar a realidade da forma que ela existe e buscar a melhor solução para resolver este problema. Por isso, convocamos esta sessão especial. Não convocamos aqui uma sessão especial com uma posição definida. Convocamos aqui uma sessão especial no sentido de apoiar os trabalhadores de mototáxis (Muitas palmas) e de encontrar uma solução

para dizer que não podemos concordar, em hipótese alguma, com a perseguição a este segmento, pois é um segmento sério e trabalhador.

Se existem exagero, problemas e dificuldades em um ou em outro, existe em todos os segmentos da sociedade e em todos os locais. Se existem problemas, esses precisam ser corrigidos. O que não se pode é perseguir e tentar excluir um segmento que é realidade na Bahia, em todos os estados do Brasil. Os mototaxistas e motociclistas que transportam mercadorias são uma realidade objetiva em todo o nosso Estado e em todo o Brasil. Por isso, este segmento precisa de proteção, precisa de apoio, precisa de suporte e não de perseguição. (Muitas palmas)

Neste momento que faço o meu pronunciamento como proponente desta sessão especial, quero lhes dizer que hoje teremos aqui, no decorrer desta tarde, diversos pronunciamentos e contribuições. Sem dúvida alguma, sairemos daqui e desta sessão especial com mais elementos no sentido de buscar o respeito aos trabalhadores e às trabalhadoras de mototáxi - também existem mulheres mototaxistas. As mulheres neste segmento não são maioria, mas elas existem e atuam nesta área.

Por isso, propus esta sessão especial para discutir. Este é apenas um momento. A Assembleia Legislativa da Bahia não poderia permanecer omissa, não poderia permanecer sem fazer este debate, não poderia fechar os olhos para esta realidade concreta e objetiva que é a dos mototaxistas, a realidade daqueles que trabalham em motocicletas, deste segmento sofrido, deste que enfrenta imensas dificuldades e que precisa, cada vez mais, de orientação, segurança, suporte e socorro, assim poderemos ter, realmente, uma sociedade justa, uma sociedade igualitária onde todos possam viver com dignidade.

A Assembleia Legislativa da Bahia se sente honrada ao ver aqui centenas de motociclistas participando, tomando estas cadeiras para debater este assunto. Sintam-se em casa. A Assembleia Legislativa se sente honrada com a presença de vocês. (Muitas palmas)

Um grande abraço e vamos à luta até à vitória. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Muito obrigada, deputado Álvaro Gomes, proponente desta sessão. Sinta-se parabenizado.

E para fazer uso da palavra agora, convido o nosso nobre colega, o meu caro amigo e deputado Bira Corôa, da cidade de Camaçari. (Muitas palmas)

O Sr. BIRA CORÔA:- Deputado Álvaro Gomes, proponente e presidente desta sessão, desta audiência, na pessoa de quem quero saudar toda a Mesa, e na pessoa da deputada Antônia Pedrosa quero saudar todas as mulheres aqui presentes, e dizer o quanto é importante a mulher ocupar esse setor de trabalho, mesmo enfrentando discriminação, descaso, desrespeito, que ainda é vigente em nossa sociedade, daí a

importância de termos mulheres defendendo essa categoria.

Quero saudar, em especial, a todos e a todas que vêm enfrentando não apenas o desrespeito, mas essa sociedade perversa e se afirmando como categoria profissional, como trabalhadores e trabalhadoras em nosso Estado e, sem dúvida alguma, representando também um setor importante da luta em nosso País.

São vocês que conduzem pelas estradas dos nossos municípios, do nosso Estado não apenas bagagens, mercadorias, mas a dignidade e o respeito de serem profissionais.

Sr. Presidente, nobre deputado Álvaro Gomes, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por ser o proponente desta sessão especial, por propor a esta Casa um debate tão significativo e por, acima de tudo, ter compromisso com a consolidação e a construção de uma sociedade igualitária, na qual todos nós acreditamos e defendemos. Pela atuação do seu mandato, pelo compromisso que tem tido com essa e com várias outras frentes de lutas, quero parabenizá-lo por mais esta hora.

Quero dirigir-me, neste momento, aos condutores de motos do nosso Estado, mas, em especial, quero dirigir-me à sociedade. Estou dizendo isto porque vocês conhecem na prática e no cotidiano de cada um de vocês o que vou colocar aqui. A sociedade precisa compreender a necessidade de respeitar e valorizar uma categoria, não vou dizer que vem-se afirmando, não, que já se afirmou em nossa conjuntura e, acima de tudo, nos nossos tempos, que é o dos mototaxistas e dos motoboys.

Por que estou dizendo isto? Porque mesmo tendo que enfrentar um Código Nacional de Trânsito arcaico, que precisa de reformulação, de reestruturação, para que, pelo menos, possa atender a setores que ainda não compreenderam a importância dos serviços prestados, hoje, pelos mototáxi e motoboy em todo o País.

O deputado Álvaro Gomes colocou um aspecto muito claro, e vou apenas aprofundar. Ele disse que, hoje, muitos municípios do nosso Estado sequer têm um serviço de transporte urbano com agilidade, segurança, responsabilidade e compromisso. Muitos municípios pagam um preço muito alto porque, por causa da ausência de políticas públicas, a ausência de planos de gestão e planos diretores, cresceram aleatoriamente, e muitos dos bairros dos nossos municípios, e não vou muito longe, do município-capital, Salvador, não permitem a ação de transportes coletivos pela precariedade dos acessos, e as motos podem fazer, e fazer muito bem.

Além disso, a cobertura não é suficiente para atender à demanda, e as motos têm feito essa cobertura muito bem. Digo sempre que a moto tem que ser encaixada, nobre deputado Álvaro Gomes, como transporte complementar. Este Estado, a partir da ação do governo do Estado, do governador Jaques Wagner, encaminhou para esta Casa um projeto-lei de regulamentação do transporte, que antes era chamado de clandestino e, agora, denominado transporte complementar.

Na época, eu dizia: É necessário incluir nessa lei o serviço prestado pelos mototáxis, porque compreendo que vocês não podem estar sendo classificados como clandestinos e sim, como transporte complementar. Em muitos lugares, são, além de complementar, os únicos transportes existentes. E não é à toa que dominam hoje a maioria dos municípios do nosso Estado e, em Salvador, em muitos dos bairros desassistidos de transportes urbanos, os mototáxis estão cumprindo essa tarefa, e cumprindo muito bem.

Estamos falando de uma categoria, nobre presidente, que ora ultrapassa 200 mil

profissionais neste Estado. Não estamos falando de uma categoria qualquer, estamos falando de uma força produtiva que, na época de crise que estamos vivendo, é a base do desemprego, e posso dizer, é a alternativa como emprego.

Venho da cidade de Camaçari, e muitos dos que aqui estão nos conhecemos. Sou pioneiro, como usuário, desse sistema de transporte (palmas!), porque na minha cidade utilizei e utilizo ainda hoje os serviços prestados por esses profissionais. E digo a V.Ex^a, nobre presidente, que, na minha cidade de Camaçari, quando o Polo Petroquímico passou, com a questão da automatização e o sistema tecnológico mais avançado, a desempregar, muitos profissionais, que não conseguiram mais o espaço no mercado de trabalho nos bancos, no Polo Petroquímico, passaram a desenvolver profissionalmente, com dignidade, a ação de mototaxistas no nosso município. (Palmas!)

Posso dizer, Sr. Presidente, que, hoje, com a regulamentação implementada no município, carece ainda de reajustes, já melhorou sensivelmente, porque desmistificou três aspectos que eu vou apontar. O primeiro deles é a de tachar todo motociclista de marginal, e hoje nós sabemos separar muito bem. Reduziu-se sensivelmente o uso de motos para práticas de irregularidades e crimes. Destacou os profissionais que têm compromisso, têm respeito, que honram o que fazem, aqueles que utilizam a moto apenas como instrumento para praticar delitos. Diminuiu o número de acidentes (palmas!), tem sido um dos principais sistemas de transporte do município. Se computarmos, os mototáxis transportam muito mais do que todos os outros sistemas de transporte do nosso município juntos. (Palmas!)

E é por isso, Sr. Presidente, que eu não poderia deixar de estar aqui para dar o meu depoimento e o meu compromisso de respeito e de apoio a essa categoria no nosso Estado, por compreender que precisamos ter a regulamentação estadual e nacional, precisamos ter a reformulação do Código Nacional de Trânsito para permitir que os estados e os municípios possam não apenas padronizar, como já acontece em muitas cidades deste Estado, mas também regulamentar essa profissão para que os condutores de motos, em serviço, não sejam mais discriminados. (Palmas)

Léo Kret, tendo em vista que essa luta se dá mais intensamente nas Câmaras Municipais, é importante a sua presença aqui para que essa discussão seja levada à Câmara Municipal de Salvador. Esse debate já vem sendo travado em muitos Legislativos municipais, mas precisamos intensificá-lo, precisamos abrir o debate com a sociedade e enfrentar o descaso e, acima de tudo, o desrespeito.

É importante discutir com a Polícia Militar para que possamos encontrar, juntos, alternativas de parceria, respeito, regulamentação e de ordenamento para que o serviço seja cada vez mais eficiente e seguro.

A padronização é importante, sim! Camaçari melhorou muito com ela, mas é preciso que as ações municipais sejam mais eficientes na fiscalização e no acompanhamento (palmas) para que não haja aproveitadores, para que não seja permitido que aqueles que querem burlar, camuflar e cometer delitos não se escondam atrás da cor da moto, mas sim na regulamentação da numeração, no uso obrigatório do colete e do capacete, entre outras ações.

Por isso, é importante a parceria dos poderes públicos, dos instrumentos do Estado e da sociedade civil organizada. Não tenho dúvida alguma de que essa profissão não é passageira, ela veio para ficar. (Palmas)

E é em nome dessa profissão, Sr. Presidente, que encerro a minha fala dizendo: parabéns a vocês pela resistência, coragem, força e, acima de tudo, pelo valor de lutar e se afirmar como cidadão. (Muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à deputada Antônia Pedrosa.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente Álvaro Gomes, a quem parabenizo por esta sessão especial sobre a regulamentação da profissão de mototaxista no Estado da Bahia; meu nobre colega Bira Corôa, que está se retirando para outra incumbência; vereadora Léo Kret, aqui representando a Câmara Municipal de Salvador; representantes do Detran; autoridades representando a Polícia Militar; meus caros mototaxistas, quero aqui pedir licença a vocês para saudar as mulheres mototaxistas na pessoa de uma valente mototaxista da cidade de Valença.

Meus caros senhores, por que a deputada Antônia Pedrosa se encontra aqui neste momento? Porque não poderia deixar de vir dar o meu apoio ao meu colega e amigo deputado Álvaro Gomes, que empunha esta bandeira em todo o Estado. Quando vereadora, como presidenta da Câmara de Barreiras, empunhei também essa bandeira, lutando para a regularização da profissão do mototaxista naquela cidade, que era pouco reconhecida na Bahia.

Busquei projetos de lei municipais em vários lugares, até em Goiânia, nos quais me baseei para apresentar o meu projeto na Câmara de Barreiras, onde foi apreciado e aprovado e, graças a Deus, sancionado pelo prefeito Antônio Henrique. E há mais de 8 anos, os mototaxistas e os *motoboys* de Barreiras têm a profissão regulamentada no município, tendo seus pontos fixos, onde trabalham e convivem pacificamente com empresários de ônibus e os taxistas.

Por que apresentei esse projeto? Como disse o deputado Bira Corôa, vocês, como os perueiros, vivem hoje na quase clandestinidade, não são reconhecidos como profissionais do transporte alternativo. Outro dia empunhamos uma bandeira de luta muito grande e fomos vitoriosos, porque tivemos o apoio do Dr. Lomanto Neto, da Agerba, e do governador Jaques Wagner, que foi sensível à situação dos perueiros. Votamos aqui, por unanimidade, a lei que regulamentava o transporte alternativo, a qual, no dia 18 de fevereiro, foi sancionada pelo governador Jaques Wagner.

Hoje, em Salvador, tivemos uma reunião, uma audiência pública na UPB, com Dr. Lomanto, para regulamentar a profissão de vocês de vez. Tivemos vários encontros, vários debates e hoje, finalmente, ele está fazendo por todo o Estado da Bahia estas audiências públicas para fazer a tal regulamentação. A situação de vocês não é diferente da dos perueiros, que tiveram o projeto de regulamentação da profissão discutido e aprovado por esta Casa, por unanimidade.

Fui chamada também em Santa Maria da Vitória, deputado Álvaro Gomes, onde há 600 mototaxistas numa situação semelhante à de vocês. Lá, tive uma audiência com os prefeitos de Santa Maria, Padre Amaro, e de São Félix, que são cidades vizinhas, e pedi-lhes que fossem sensíveis à situação dos mototaxistas e regularizassem a situação dos mototaxistas que, naquela cidade, são confundidos com bandidos, porque muita gente chega em uma cidade, compra uma camisa, manda pintá-las igual à dos

mototaxistas para praticar assaltos às casas de família. (Palmas.) E vocês não são bandidos, pois o que vejo aqui são pais de família. E o governo, deputado Álvaro Gomes, tenho certeza, será sensível à causa de vocês e deve dar graças a Deus por vocês não estarem batendo à porta da Governadoria, do Palácio de Ondina nem da casa do prefeito, pedindo-lhes emprego. Ao contrário, vocês estão gerando emprego, por isso têm que ter o apoio do governador e do prefeito de Salvador.

Então feliz daquele Estado, daquela cidade que têm mototaxistas, que não estão pedindo emprego ou criando problema para o governo. Vocês deram uma alternativa, vocês só querem trabalhar. Vocês são cidadãos, não estão pedindo.

Por isso, deputado Álvaro Gomes, eu sempre me preocupei com os mototaxistas. Apresentei um projeto, agora em 2009, de número 17.905/2009. Não sabia do seu projeto, deputado Álvaro Gomes, mas como meu projeto é mais novo do que o seu, então vou retirar o meu projeto para dar apoio ao seu.

Mas também gostaria de pedir um tempinho a mais, deputado Álvaro Gomes, no sentido de dizer que eu não só me preocupei em apresentar um projeto. Quando, aqui em Salvador e em todo o Estado da Bahia, estava havendo um massacre contra os mototaxistas, quando estavam matando os mototaxistas, traficantes usando a camisa do motoqueiro para entregar droga, usando a camisa do motoqueiro para praticar furtos e roubos, eu vi na televisão fechada que na Bolívia também tinha acontecido isso. Como lá apresentaram um projeto de lei, e eu mandei pegá-lo na Bolívia e o apresentei aqui em 2007, deputado Álvaro Gomes, dei entrada aqui em 2 de abril de 2007 no projeto de lei 16.030/07, que diz o seguinte: (lê) *“Torna obrigatório o uso de jaqueta ou colete de segurança reflexivos identificado com o número da placa do veículo em que transite pelo condutor e passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos e quadriciclos motorizados, no âmbito do Estado da Bahia, e dá outras providências.”*

E o artigo 2º diz: (lê) *“As jaquetas e os coletes deverão ser regulamentadas de acordo com o órgão competente do DETRAN-BA, que deverá exibir em sua construção uma marca de segurança comprobatória desse laudo com a gravação das palavras APROVADO DETRAN-BA.”*

Também, para facilitar a vida do mototaxista e dos motoboys, apresentei, em 1º de abril de 2007, outro projeto, o 16.574/07, que deu entrada nesta Casa no dia 15 de agosto de 2007 pedindo ao governador, pedindo a quem de direito fosse.

(Lê) *“Projeto de Lei nº 16.574/2007. Define a isenção de 70% do IPVA de motociclistas que utilizam as motocicletas para prestarem o serviço de motoboy e mototáxi.”* Então, deputado Álvaro Gomes, as vezes alguém pode perguntar: “O que é que está fazendo essa deputada que vem lá do Oeste da Bahia?”. Às vezes nós trabalhamos em silêncio, porque não temos à nossa disposição os meios de comunicação.

Às vezes a imprensa só usa os meios de comunicação para denegrir a imagem do deputado, mas nós estamos trabalhando, principalmente pelas classes menos favorecidas. Então, nós temos trabalhado com esse empenho. Estão aqui estes dois projetos de 2007, mas, infelizmente, eu tenho de dizer, porque hoje faço parte da Mesa Diretora, como 4ª secretária, que já levei ao deputado Marcelo Nilo, presidente desta Assembleia, vários outros projetos que ainda não foram votados. Lamentavelmente,

aqui, quase não se votam projetos de autoria do Legislativo. Mas garantiu-me ele - e sei, tenho fé em Deus que com sua sensibilidade fará isto - que irá votá-los antes de terminar o seu mandato. Este e outros para favorecer esta classe tão massacrada, tão espezinhada.

Agora, a polícia está cumprindo o seu dever. Quando o policial para o motoboy, o mototaxista, não é porque está perseguindo, como muitos dizem. Segundo o Padre Amaro, prefeito de Santa Maria da Vitória, é para evitar os aviõezinhos, ou seja, os transportadores de drogas que usam a camisa do mototaxista para fazer entrega do produto.

Então, hoje queremos dizer que iremos lutar por vocês. Eu, junto com os deputados Álvaro Gomes, Bira Corôa e os outros, lutarei para que nós os tornemos livres e com as profissões reconhecidas, porque se trata de pais de família que lutam somente pelo seu direito de trabalhar.

Muito obrigada. Tenham sucesso!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao presidente do Sindmoto Bahia, Henrique Balthazar.

O Sr. HENRIQUE BALTHAZAR:- Em nome do deputado Álvaro Gomes, presidente da sessão, saúdo todos os componentes da Mesa.

Gostaria de dizer que esta plenária poderia estar muito mais cheia, se não fosse a tempestade que caiu sobre Salvador hoje, inviabilizando a vinda dos motociclistas. Fizemos um arrastão para trazer o pessoal mas, quando se chega aos pontos, a chuva prejudica um pouco.

Mas estamos muito bem representados aqui pela galera de Camaçari, Feira de Santana e outras cidades que também se fazem presentes. E igualmente nos representam motociclistas e mototaxistas de todos os pontos de mototáxis desta capital.

A motocicleta antigamente era um trambolho de 1.000, 1.200, 1.500 cilindradas que não chegava a fazer 7 Km com um litro de combustível logo no início da invenção desse transporte.

Na Primeira e Segunda Guerra Mundiais as motocicletas foram muito utilizadas em combates. Eram grandes, pesadas. Foi a primeira vez que se usaram motos para trabalho. Eram utilizadas pelos soldados para combater os inimigos. Tanto a Alemanha como os Estados Unidos utilizaram. Durante a Segunda Guerra Mundial o governo brasileiro, vendo os soldados usando suas motocicletas, fez um convênio com uma fábrica americana, e até hoje o nosso Exército é abastecido por motos da mesma marca.

No final dos anos 60, a tecnologia, principalmente no Japão, fez o milagre de conseguir fabricar uma moto que faz de 30 a 40 Km com 1 litro de combustível. Em plena crise dos combustíveis, as motos de 125 cilindradas fabricadas lá faziam de 30 a 40 Km com 1 litro de combustível. No Brasil se descobriu que isso poderia ser usado como trabalho para dar lucro. Surgiram assim os primeiros motoboys para substituir os *office-boys*, que faziam o serviço a pé. Descobriu-se também que fazendo-o com a moto saía mais barato do que as empresas pagarem o ônibus para o *office-boy* fazer o seu serviço de ônibus. Cada ida e volta, se fosse de moto, saía mais barato. Foi a partir daí que surgiram os primeiros *motoboys* em São Paulo, e depois surgiram na Bahia. E

eu tenho o orgulho de dizer que fui um dos primeiros *motoboys* aqui do Estado da Bahia e um dos primeiros *motoboys* da cidade de Salvador. Eu trabalhei na pizzaria Vupt, na época, e quem tem a minha idade deve lembrar-se; ela foi a 1ª pizzaria a fazer entrega rápida em Salvador, no início dos anos 80, e eu tenho orgulho de dizer que trabalhei ali. Esse trabalho dos *motoboys* foi crescendo em São Paulo e em outros locais, até que, na cidade de Crato, no Ceará, se descobriu que a moto, além de entregar pequenos objetos, também poderia ser usada como transporte de passageiros. Foi a 1ª cidade no Brasil a implantar o sistema de *mototáxi*. Com o passar dos anos, esse sistema foi se espalhando, crescendo, e hoje, na região Norte do país, em algumas cidades que ficam à beira do Rio Amazonas, não há carro, só motos. O único transporte coletivo dessas cidades, que não tem estradas, é feito por motocicletas. E é impensável hoje que se tente proibir o uso de *mototáxi* nessas cidades. A população não aceitaria.

Aqui na Bahia ocorreu a mesma coisa. O sistema de *mototáxi* foi crescendo em várias cidades de pequeno porte, e hoje há cidades na Bahia que não têm outro serviço de transporte urbano que não seja o *mototáxi*. O *mototáxi* chegou a Salvador e chegou com força (Palmas).

Nosso sindicato foi fundado em 1998 e em seu estatuto, deste aquela data, já consta: *Sindicato dos Motociclistas, Motoboys e Mototaxistas do Estado da Bahia*, muito antes de haver qualquer regulamentação de *mototáxi* na Bahia (Palmas). Ele foi um dos primeiros sindicatos de *mototaxistas* do Brasil, se não o primeiro. Esse é o **SindMotoBahia**.

Nós, em Salvador, temos passado por imensas dificuldades. Bandidos tem utilizado motos para matar, roubar, assaltar. E os *motoboys* muitas vezes são confundidos com os bandidos, porque usam uma moto igual, fardamento igual, moram no mesmo bairro, e para alguém diferenciar é muito difícil. Até a polícia militar passa por dificuldades, pois é difícil separar o joio do trigo, e às vezes ela fica na intenção de se proteger também, porque se um policial chegar educado demais: bom dia, com licença, por favor, cadê o documento da moto? o cara puxa uma pistola e mata o policial. Então, o policial tem que chegar com energia também (Palmas). Agora, essa energia não pode ser demonstrada de forma humilhante, mas é preciso que eles tenham certa energia para coibir roubos e assaltos aos *mototaxistas* (Palmas), para impedir que bandidos tomem as motos dos *motoboys* para fazer assaltos, para desmanchá-las e que, em dupla, matam policiais.

E é por isso que precisamos diferenciar o joio do trigo. Precisamos, na questão do *mototáxi*, regulamentar a profissão, para que possamos trabalhar com tranquilidade, com placa da moto no colete e com moto padronizada. Isto no caso dos *mototaxistas*. Os *motoboys* e as motos de passeio são outra questão que não estamos discutindo hoje.

Mas, na questão do *mototaxista*, nós do Sindmoto defendemos o uso do colete, o número da placa na moto, como acontece em Camaçari (Palmas). Fomos nós, juntamente com o companheiro Ferreira Júnior e outros de Camaçari, que conseguimos regulamentar a profissão de *mototáxi* naquele lugar.

Eu tenho orgulho de dizer que hoje, em Camaçari, há mil trabalhadores rodando com tranquilidade, trabalhando e sustentando suas famílias sem perseguição (Palmas). Mas aqui em Salvador, infelizmente, há perseguição, principalmente na região suburbana. Antes das nossas manifestações.

Quero dizer que, por causa da tempestade, temos uma quantidade pequena de pessoas aqui, hoje, mas não faz um mês que colocamos 500 pessoas nas ruas e fomos para a frente do Quartel dos Aflitos e da Câmara Municipal para protestar contra a prisão de seis motociclistas, há pouco tempo, por conta de estarem fazendo mototáxi. Queremos, sim, que a polícia prenda as pessoas que estão usando moto para matar, roubar e assaltar e não para transportar seus passageiros dignamente. (Palmas)

Há muitas queixas contra fiscais da Transalvador, que humilham, colocam mototaxistas para se ajoelharem, dão bofetada, murro, coronhada, e isso nós não vamos aceitar. Não são todos os policiais que fazem isso, os policiais são nossos amigos. Considero-me amigo do Esquadrão Águia, amigo do major Azevedo.

Precisamos sentar e conversar democraticamente sobre essas questões. Tenho certeza que a intenção da polícia não é espancar trabalhador, mas, sim, coibir os abusos, os crimes, e isso a Polícia também tem feito, prendendo muitos bandidos que têm tentado nos assaltar.

Para finalizar, quero dizer que o mototáxi chegou para ficar, como o táxi também chegou para ficar.

Cadê o representante dos taxistas que estava aqui?

Não sei se vocês sabem, companheiros, que antes não havia carro táxi, não, só havia ônibus. Para regulamentar a profissão do taxista no Brasil foi a mesma luta que temos para regulamentar o mototáxi. Começou no Rio de Janeiro. As empresas de ônibus não queriam que carro fosse táxi e os empresários de ônibus fizeram de tudo: apedrejaram, viraram de cabeça para baixo e tocaram fogo nos carros no Rio de Janeiro. Procurem saber a história do táxi no Brasil. Para regulamentar o táxi no Brasil foi uma luta nos anos 40, muito parecida com a luta do mototáxi hoje.

Acho que o sol nasce para todos. Portanto, não podemos querer que a empresa de ônibus engula o taxista e o taxista engula o mototaxista. Quero dizer o seguinte, quero a regulamentação da profissão do mototaxista para que o taxista seja colega do mototaxista e que a gente funde a Associação Metropolitana dos Mototaxistas e Taxistas. (Palmas) Já está lançada a ideia para que a gente trabalhe juntos, taxistas e mototaxistas, contra os buracos da cidade, as perseguições, as multas abusivas, os fotossensores. O taxista é nosso irmão, o taxista é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra à vereadora Léo Kret.

A Sr^a LÉO KRET:- Boa-tarde a todos e a todas. Quero saudar todos vocês e a Mesa.

V.Ex^a ficou surpreso com a reação deles quando me viram, não foi isso? É porque eles sabem que na Câmara de Vereadores tem uma pessoa que luta por eles de coração, que sou eu. Eu não poderia faltar, não poderia deixar de estar presente aqui, porque sei da luta deles, sei o que eles sofrem como mototaxistas; e as minhas amigas também, porque mulheres também pilotam. (Palmas)

Quero dizer que já usei mototáxi como política e como artista, porque, como eu tenho carinho pelos meus fãs, prefiro andar no mototáxi, para que eles me vejam, do que andar dentro do carro, trancada. (Palmas) Quero dizer que a última vez que peguei

um mototáxi foi na semana passada, em Candeias, indo para Passé, porque tinha muita gente querendo me ver. Eu desci do carro e peguei o mototáxi, pois confiei no mototaxista, no profissional, em quem eu confio até hoje.

Quero destacar o meu apoio e, em nome da Câmara de Vereadores, quero dizer que estarei levando essa discussão para eles, para que possamos regulamentar, porque vocês não são marginais, não são criminosos. Muitas pessoas querem tirar o instrumento de trabalho de vocês por não pensarem que, fazendo isso, estarão tirando o leite da criança, tirando o alimento da família que vocês levam através do meio de transporte com que vocês trabalham.

Então, quero dizer que vocês têm o meu apoio, que não vai parar por aqui. Estarei levando essa discussão para a Câmara de Vereadores e quero agradecer ao deputado por esta iniciativa, convidando vocês para, amanhã, Dia do Trabalho, reivindicarem, levarem todos os mototaxistas. Estarei lá também. É um bom dia e lugar para podermos reivindicar essa situação.

Espero que nenhum de vocês desista. A partir de hoje, sou Léo Kret, a Rainha dos Mototaxistas.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Temos hoje uma sessão histórica com pronunciamentos empolgantes. É uma sessão muito importante. Quando a vereadora Léo Kret entrou, já deu para notar o compromisso dela com os mototaxistas.

Com a palavra o Sr. Miled Cussa Filho, representando do senador João Durval.

O Sr. MILED CUSSA FILHO:- Exmº Sr. Presidente e proponente desta sessão, deputado Álvaro Gomes, a quem quero parabenizar por esta brilhante iniciativa de defender uma classe - como V.Exª citou - que presta serviço real, que já existe e precisa ser reconhecido com o devido respeito por esse serviço que presta à população; demais componentes da Mesa, major Antônio Fernando Azevedo, representando o Esquadrão Água, representante do Detran, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Vereadora Leo Crete; vereador Antônio Vargas, de Juazeiro, companheiro de muitas lutas antigas naquela região; grande presidente Henrique Balthazar, do Sindmoto, com quem já tive a felicidade e oportunidade de me reunir para discutir esse projeto que o senador João Durval apresentou no Senado Federal.

Quero fazer um registro simples sobre esse projeto. Já existem dois projetos no Senado Federal, mas a intenção do senador João Durval - que sempre foi muito sensível às causas públicas, principalmente na questão social com relação aos trabalhadores da Bahia e do Brasil - a intenção desse projeto é criar uma categoria específica para quem presta serviços em veículos de 2 e 3 rodas.

Ele altera o Código de Trânsito Brasileiro, criando a categoria F, para que todos os prestadores de serviços de veículos de 2 e 3 rodas sejam reconhecidos devidamente na sua profissão. Para isso há algumas exigências, da mesma forma como é para as outras categorias do Código de Trânsito Brasileiro, como ter carteira de padrão A por 12 meses pelo menos e não ter cometido infração grave ou gravíssima durante esse período.

Hoje, todos vocês que prestam serviços, que arriscam suas vidas, são

enquadrados na mesma categoria dos que usam veículos de passeio de 2 e 3 rodas, que é a categoria A, e com a criação da categoria F, vocês serão devidamente reconhecidos dentro do Código de Trânsito Brasileiro, para que possam prestar um grande serviço à população brasileira. Segundo a Fenamoto, Federação Brasileira de Motoboys e Mototaxistas, existem 2 milhões de motoboys e mototaxistas no Brasil. Então, é um número considerável de pessoas que prestam esses serviços e precisam ser reconhecidos e legalizados em todos os municípios brasileiros.

Já tive uma reunião com o presidente do Sindmoto, Henrique Balthazar, e com Sérgio, do Mototáxi. Sempre coloco o mandato do senador à disposição, para que possamos ajudar vocês em todas as discussões referentes à regulamentação desse serviço nos municípios baianos.

Queremos dizer que tudo que tem que ser feito dentro da devida legalidade. Mas como o presidente Álvaro Gomes já citou aqui, esse é um serviço que já existe, é uma situação irreversível, que atende sobretudo a população de baixa renda. Então, vocês podem contar incondicionalmente com o mandato do senador João Durval que, além de ter apresentado esse projeto que já se encontra na Comissão de Constituição e Justiça para a redação final e posterior votação em plenário, vocês podem contar com ele para poder se engajar nessa luta de reconhecimento da categoria, principalmente na questão da regulamentação do serviço.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao capitão da PM Arnaldo Neto, representando o diretor do Detran. (Palmas)

O Sr. ARNALDO NETO:- Boa-tarde a todos. Saúdo os nobres deputados, os vereadores e os valentes profissionais de moto-táxi na pessoa do nosso ilustre deputado Álvaro Gomes.

Bem, senhores, o Detran – Departamento Estadual de Trânsito – é um órgão de fiscalização e execução de trânsito, ou seja, é um órgão regulamentado pelo Denatran – Departamento Nacional de Trânsito – que visa a fiscalizar e executar. O Detran executa, o Detran cumpre o que é previsto em lei, ou seja, meramente o tecnicismo.

Há uma preocupação do nosso diretor-geral, Dr. Adriano Romariz, que vem-se preocupando e se sensibilizando e muito com a situação de iminente perigo que os moto-taxistas estão trabalhando, porque existe 33 Ciretrans em todo o Estado, e a profissão de vocês hoje é coisa bastante clara, é fato, e não pode passar despercebido.

Então há uma preocupação muito grande do nosso diretor porque vem-se avolumando e, infelizmente, fiscalizações, têm que ser realizadas. Fiscalizações no âmbito de trânsito, da legalidade, da postura, de irregularidades cometidas e praticadas por condutores no trânsito. Por que digo infelizmente? Quem legisla sobre trânsito é a União, é a Federação. E digo mais uma vez infelizmente, porque o CTB – Código de Trânsito Brasileiro – não regulamenta a profissão de moto-taxista, ele não preconiza profissão de mototaxista.

Venho dizendo infelizmente porque, em todo o Brasil, a profissão de vocês vêm desempenhando um trabalho social, um trabalho que atinge principalmente as classes menos favorecidas de locomoção, de rapidez, de mobilidade, principalmente na

condução para um trabalho, a condução para um socorro, a condução para uma necessidade, são vocês que estão lá para atender.

Então existe um clamor e toda a sociedade está voltada para que esse clamor seja atendido, seja resolvido. Faz-se necessário que a comunidade organizada, os cidadãos, vocês se unam através dos seus representantes e, junto aos nossos legisladores, tentem priorizar e verificar a atual realidade da profissão do mototaxista.

É um dever do Estado zelar pela segurança, zelar pelo bem-estar do cidadão, porque, além de profissionais, vocês geram empregos diretos e indiretos, sem falar em tributos. Assim como é dever do Estado, também é um dever e objetivo do Departamento Estadual de Trânsito, além de cumprir a legislação, também ficar atento para as mudanças do Código de Trânsito Brasileiro.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao Sr. Mitônio Vargas, vereador da cidade de Juazeiro e também mototaxista, presidente da Associação... (Palmas)

O Sr. MITÔNIO VARGAS:- Sr. Presidente, demais membros da Mesa, quero cumprimentar todos, as autoridades, os deputados, vereadores presentes na pessoa do meu colega de luta, o companheiro Henrique.

Dito isso, Sr. Presidente, quero aqui fazer apenas uns esclarecimentos, do ponto de vista jurídico e legal, na interpretação do que o nosso movimento entende. Por exemplo: diz o art. 22 da Constituição Federal, no seu inciso IX – o caput do art. 22 diz: “Compete à União, no seu inciso IX, legislar sobre trânsito e transporte.” Mas, Sr. Presidente, essa mesma Constituição diz, e aí eu me direciono ao cidadão do Detran, no art. 30, que “compete aos municípios”, nos seus incisos I e II, “organizar, complementar, a legislação federal e estadual, no que lhe couber., inclusive sobre transportes.” Essa interpretação, Sr. Presidente e demais autoridades, é que faz com que o serviço de mototáxi no país inteiro funcione. Porque existe, inclusive, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça da Paraíba favorável ao serviço de mototáxi. Vou deixar os senhores aqui mais informados de um detalhe: o governador Wager, quando deputado federal em 2000, apresentou uma proposta de lei regulamentando esse serviço.

Nós precisamos trazer, companheiros, à nossa discussão, e aí eu quero parabenizar fortemente o deputado Álvaro Gomes por esta iniciativa: V.Ex^a, deputado, está de parabéns (Palmas). A Bahia precisava... Como tão bem disse V.Ex^a no seu pronunciamento a Bahia não poderia fechar os olhos para uma questão que é discutida no País inteiro, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas dos Estados, no Congresso Nacional. Para os senhores terem uma ideia, na quinta-feira passada, dia 23, aconteceu uma audiência pública no Senado, na Comissão de Constituição e Justiça (Palmas), com a presença de diversos ministros, dentre eles o ministro da Justiça. Olha a importância dessa matéria que será debatida hoje no Congresso Nacional: o ministro da Justiça, o ministro da Saúde, o ministro da Educação, o das Cidades, Márcio Fortes... Olha a importância dessa matéria. O Contran- Conselho Nacional de Trânsito, inclusive, afirma que não tem a competência de fiscalizar, quando o Supremo Tribunal

de Justiça, na liminar, em agosto de 2006, julgava que o nosso serviço era inconstitucional. Ele não diz de quem é a responsabilidade, inclusive de fiscalizar. Por que atribuir à Polícia Militar a fiscalização? Por que atribuir ao Detran essa fiscalização? Onde está na Constituição Federal? Que lei diz que é obrigação da Polícia Militar fiscalizar, do Detran, os serviços de mototáxi? Então, é uma questão que precisa realmente ser discutida de forma muito clara para que não fiquemos aqui apenas...

Superior a tudo isso, senhores, senhoras, companheiros e companheiras mototaxistas, na nossa cidade, temos companheiros que fazem faculdade, pagam sua faculdade fazendo o serviço de mototáxi. (Palmas) O companheiro Henrique colocou aqui que foi em Crato onde, realmente, apareceu o primeiro mototáxi. Sabe como isso aconteceu isso? Um cidadão, que estava desempregado e com 3 meses de aluguel atrasado, comprou uma moto com o dinheiro que tinha recebido pelos seus 10 anos de trabalho. E só restava aquele veículo para se desfazer. Em homenagem ao povo cearense, que é um povo inteligente, a todos nós baianos e ao povo brasileiro, que sabe se virar, ele simplesmente pegou essa moto e disse: “Tenho dois caminhos: se me desfizer dessa moto, vou gastar o dinheiro, talvez não consiga um emprego e depois vou vender o quê, a geladeira, as crianças, a mulher? Não. Conversou com a vizinha, que ia para a escola todos os dias e lamentava a dificuldade de chegar sempre atrasada, e se colocou à disposição para conduzi-la até a escola cobrando uma pequena taxa mensal para contribuir com as dificuldades dele. Daí surgiu o mototáxi.

Quando o Superior Tribunal de Justiça decretou a inconstitucionalidade, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará se mobilizou, fez uma comissão e foi para o Congresso Nacional discutir com os deputados e senadores a questão da ilegalidade. O que se alega? E aí vamos ser objetivos, companheiros, os nossos adversários são os grandes representantes das empresas de transporte coletivo; se fosse uma mobilização a favor dessas empresas, este Plenário estaria superlotado, porque teriam a logística para trazer todas as pessoas. (Palmas)

Os senhores saíram das suas casas cedo, tomando sol e chuva, como nós também tomamos. Viajamos mil quilômetros para estar aqui prestando solidariedade a um movimento que precisa, Sr. Presidente, V.Ex^a que tão bem apresentou essa proposição a esta Casa, ser discutido de uma forma mais efetiva.

Lá no Estado do Ceará foi realizada uma pesquisa que indicou que menos... Olhem só, eles alegam a questão da segurança, como está na Constituição, ou seja, para se prestar um serviço de transporte de passageiro tem que ter os pré-requisitos de higiene, conforto e segurança.

Vamos falar de conforto. Qual o conforto que os coletivos têm dado à população do Brasil? Nós damos o calor humano, que é estar lado a lado com o passageiro, com respeito e dignidade. (Palmas)

Vamos falar de higiene. Em Juazeiro, Sr. Presidente, criamos algumas condições para que fosse atendido os pré-requisitos da higiene, e assim, por exemplo, o cidadão tem que trabalhar uniformizado. E aí gostaria de mostrar aos senhores que essa é uma decisão nossa, municipal, e cada um dos senhores pode tomar outras decisões. Mas, no nosso caso, temos um uniforme padrão, nenhum mototaxista vai trabalhar na cidade de Juazeiro sem capacete, calça e grisa com a numeração. Essa numeração, Sr. Presidente e Srs. Representantes do Detran e da Polícia Militar, será repassada às Polícias Militar,

Civil e Federal. Temos um programa no computador – a secretaria também tem – que apenas por esse número você identifica o cidadão, não apenas o veículo, e sabe onde ele mora, quanto ganha, quantos irmãos tem, onde nasceu, qual a placa e o chassi da moto, etc. (Palmas)

Criamos isso diante das dificuldades das pessoas que poderiam ser lesadas por aqueles que se dizem mototaxistas, mas são bandidos que estão lá para enganar a população. Então ficaria difícil identificá-los apenas pela placa, porque teria de pegar as letras, a localidade e o número. E agora, somente com o número – 015, 030, 020 – identificamos de imediato, e o cidadão comum que vai passando naquele momento pode fazer uma denúncia e ele será imediatamente identificado.

Padronizamos as motos completamente, estão de parabéns também o pessoal de Camaçari e o pessoal de Feira de Santana e de outras localidades. Essa padronização da moto é para dar segurança ao passageiro. Aí entra a questão da segurança, porque mototáxi, se o governo do Estado e o governo federal... E aí quero lembrar que o governo federal é sensível a nossa causa, e mostro aos senhores aqui fotos com o presidente Lula. Estivemos com ele e lhe entregamos pessoalmente um boné de mototáxi e ele usou. O presidente é corintiano, dê a ele um boné do Flamengo para ver se ele vai usar, ou do São Paulo? Ele usou o nosso boné porque ele sabia que utilizaríamos essa imagem para divulgar que ele é realmente a favor do serviço de mototáxi. (Palmas.)

Visitamos em Brasília, ministros, senadores, estamos em contato permanente com autoridades para tirar essa nuvem negra que paira no país inteiro sobre a questão mototáxi. Vamos parar de ser marginalizados. Não podemos tratar as pessoas pela aparência. (Palmas) Essa é uma questão de segurança pública, de saúde pública.

O governo do Estado, o governo federal, a Câmara federal organizem essas assembleias, e através desta audiência eu não tenho dúvida de que já está realmente adiantado. Sei que há outros deputados que encamparão essa luta, mas o deputado Álvaro Gomes já declarou aqui que agora nós temos um aliado forte para defender esse movimento, para nos ajudar na condução desse processo. Ou fazemos isso, ou vão continuar matando, assaltando pessoas e dizendo que são os mototaxistas; (Palmas) continuarão recebendo propina, e há algumas pessoas que recebem propinas de empresas de transportes para perseguir mototaxistas. Nós sabemos disso. (Palmas)

Faço um apelo a esta Casa através do deputado Álvaro Gomes, que V.Ex^a possa requerer do governo do Estado, já que V.Ex^a começou esse processo, que seja marcada uma audiência, que ouçam para sabem como funciona o serviço de mototáxi. Ele é o autor de um projeto de lei em 2000, para que possamos fortalecer esse movimento, porque somos cidadãos de bem do nosso município, do nosso Estado. E na hora de voto todo mundo aqui é a favor do serviço de mototáxi, mas depois muda. (Palmas.)

Então, Sr. Presidente, agradeço imensamente essa oportunidade. Quero dizer que na nossa região fizemos pesquisas com a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Estadual da Bahia e para nós foi uma coisa incrível: imaginei que apenas as pessoas mais simples, o trabalhador, utilizasse o serviço de mototáxi, mas vejo que não apenas as pessoas simples, mas empresários usam também. Está aqui a pesquisa, posso encaminhar por *e-mail* para quem quiser. É uma pesquisa feita pelos alunos da Universidade do Estado da Bahia e também da Universidade de Pernambuco, temos

cidades dos dois estados vizinhos, como é o caso de Juazeiro e Petrolina. A pesquisa revelou também que 96% da população é a favor do serviço de mototáxi, e é essa população que vamos continuar construindo. Sou membro do conselho no Estado, discuto o serviço todo mês aqui na capital, porque faço parte da Câmara Técnica de Mobilidade, e esta Casa tem dois representantes lá também, um suplente e um titular. Nós vamos continuar fortalecendo essa luta, para não perder de vista que ou a gente se une – e aí não é apenas Juazeiro. Nós tivemos que ocupar a ponte uma vez por oito horas, talvez os senhores tenham visto pela imprensa, por causa do desrespeito com que éramos tratados. Mas agora, sim, tenho certeza que vamos contar com o apoio do Detran.

Quero dizer que sou do Partido dos Trabalhadores, sou vereador no município de Juazeiro, sou aliado do governador Wagner, entendo que este é um grande governador, mas estou aqui para cobrar uma responsabilidade que é minha, que é do governador e que é de todos nós. Quero contar com o apoio do Detran, da Polícia Militar, cobrar compreensão nesse processo de transição, porque o novo, como disse o companheiro aqui muito bem, quando foi assim com os taxistas, com as vans foi a mesma coisa.

Nós discutimos com o Sr. Leur Lomanto agora na Câmara Técnica de Mobilidade a questão da implantação. Nós discutimos lá a questão da regulamentação. E agora nos preocupa o seguinte: como vai ser essa regulamentação? Quem vai ter acesso a ela?

Então quero pedir o apoio da sociedade, de cada um de vocês e manter mais um contato através da Internet, de *e-mails* e do telefone para fortalecermos esta luta. (Palmas.)

De mais, Sr. Presidente, parabéns, de coração, V.Ex^a está de parabéns, continue fazendo isso com seu mandato, do mandato popular, que orgulha o seu partido, as pessoas desta terra e o povo, que lhe acolhe, porque o senhor merece.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Queremos registrar a presença do deputado Zé Neto e também da deputada Antônia Pedrosa, que já fez seu pronunciamento, do deputado Bira Corôa, que também já fez seu pronunciamento, do presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, do deputado Néilson Leal e, agora, do deputado Luiz Augusto, que chega neste momento.

Concedo a palavra ao deputado Zé Neto. (Palmas.)

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa; meu povo de Feira que está presente (palmas), turma boa, cabras com os quais já comemos sal juntos, quero dizer que essa luta conheço de perto e lembro-me de que em 1999, nós, em Feira de Santana, enfrentando polícia, tiroteio na rua e eu me embolando lá com o policial. Era maluco, era advogado, na época, não era político, e, depois, houve a prisão de vinte e poucos mototaxistas, humilhados, de cuecas, um negócio absurdo, todos com uma corda amarrando as algemas, todas as algemas numa corda e vinte e poucos mototaxistas em pé a noite toda, uma confusão! Depois, conseguimos inverter a situação. Mais tarde, o movimento cresceu, até nasceu no lastro de um outro

movimento, que, graças a Deus, tomou corpo e agora já é uma realidade.

Hoje, pela manhã, eu, que sou representante do governo na comissão de três deputados – Álvaro também trabalhou nessa comissão, nesse projeto – o deputado Júnior, da Oposição, o deputado Leur, relator, eu, como representante do governo na elaboração de um projeto de lei que, nesta Casa, foi bem recebido, o das Vans, que, aliás, foi meu primeiro projeto na Casa, nº 001 de Zé Neto, e trabalhava no sentido de buscar uma saída.

O governador Wagner, pois é uma medida que vem do governo, muito sensível a essa situação, enviou a esta Casa o projeto das Vans, cumprimos a nossa missão, estamos, agora, fazendo as audiências públicas e até junho teremos uma definição da licitação, da concorrência e a decisão final sobre este que é para mim um dos momentos mais importantes do desenvolvimento da Bahia.

Quando falamos em transporte, acho que é um absurdo não termos integrado essa história do Senado, essa confusão do Congresso com relação à da segurança, porque, se não houvesse segurança, não se venderia moto no Brasil. (Palmas.) Então, acabou! Isso para mim é papo-furado, encerra, o negócio é outro! (Palmas. E outra: na minha cidade, existem 74 mil motocicletas, sem contar as cabritas, que não são poucas! Isso é uma realidade, hoje, na vida das pessoas! Não tem conversa. Vocês estão de parabéns! Álvaro está na luta agora, mas já venho, no interior, há muito tempo nessa luta, estou encaixado, não precisa nem perguntar, a turma de Feira sabe qual é o meu *time*, (palmas), e com o nosso governador, que é parceiro, é evidente que temos responsabilidade com muita coisa que está ocorrendo ao nosso redor, não dá para construir tudo de uma hora para outra.

Pegamos o Estado num verdadeiro escarcéu: não tinha um projeto, uma gaveta, nada que tivesse algum conteúdo! Tínhamos uma grande dívida, estamos resolvendo. Resolvemos a Cesta do Povo, estamos resolvendo a transparência, resolvendo uma coisa aqui, outra ali, 26 categorias já têm tudo bonitinho, reconstruímos a Bahiafarma, agora estamos caminhando para trazer o transporte coletivo, integrando esse debate, porque o mais importante, minha gente, vocês vindo nesta Casa, é que nós integramos o debate entre transporte coletivo e colocamos, no coletivo, vans, que antes eram tidas como marginalizadas no processo jurídico, e colocamos representantes de ônibus sentados na mesma mesa, porque esse é o processo coletivo. Esse é o coletivo.

Transporte coletivo é isso, e integrar, inclusive, a discussão de transporte coletivo de massa e coletivo, porque não é só transporte de massa, transporte de massa coletivo tem que integrar taxista e tem que integrar mototáxi. Por que tem que integrar? Porque, por exemplo, uma das questões que eu coloquei hoje: ônus virão, minha gente. Seria um absurdo eu vir para cá, hoje, e dizer: todo mundo que tem sua moto vai rodar! É mentira! Eu estaria aqui dando a vocês um atestado de morte ao sistema. Não é isso.

A vereadora Léo Kret está ali, eu ouvi o seu discurso, beleza. É atestado de morte sim, por quê? Porque nós vamos ter que buscar organização, nós vamos ter que buscar sistematização, (palmas) nós vamos ter que nos organizar e nos integrar a esse processo de debate para dizer o que a gente quer, porque a gente merece o respeito que nós merecemos, e não é nenhuma dádiva – é um direito que vocês têm de buscar esse espaço. Primeiro porque... Tenho repetido isso esses dias, a semana passada estava eu, o deputado Walter Pinheiro e aquele senhor, Dr. Norberto Odebrecht, conversando lá

no Baixo Sul, e ele me disse uma coisa que ficou muito marcada, coisas pequenas que a gente ouve, mas que têm uma dimensão muito grande na construção da vida da gente, que a gente avalia e vê que realmente não existe a pobreza. Não é a falta de dinheiro. A pobreza é a falta de produção, é o sujeito não produzir o suficiente para manter seus filhos, manter a família, se manter, (palmas) chegar no fim do dia e comprar seu pão, olhar de frente e poder colocar um filho pra estudar. Esta é a verdadeira pobreza, a falta de produção.

Se você vender sua moto, hoje, você vive aí... O companheiro disse uma coisa interessante: se ele vender a moto dele hoje, o que ele ganha em dois meses compra outra moto, se ele trabalhar direitinho. Não é a moto – é o trabalho, a produção. E por que estão sobrevivendo disso? Porque na sociedade tem espaço pra isso. O que seria das noites de Feira se não tivéssemos o sistema de transporte de mototáxi? (palmas) O que seria do nosso interiorzão, onde todo mundo espera o pico e depois vai embora?

Houve um período em que ocorreu um conflito muito grande com os taxistas, hoje não há, e é preciso rediscutir a questão do fluxo de passageiros, porque muitas vezes, é óbvio que o passageiro de mototáxi paga mais do que o de ônibus – mas se ele circula mais na cidade, acredita no sistema, ele vai andar de táxi, de ônibus, de mototáxi, vai ter uma variedade pra ele transitar.

O que nós temos que fazer, e que esses que pensam que são donos do mundo, iluminados, que só olham pro umbigo, entendam que o fluxo de passageiros é o fluxo de cultura, de economia, é que dá vitalidade ao Estado, ao município, principalmente vocês que vivem dentro do município. Então, isso, para mim, é já fatura liquidada, esse debate eu topo em qualquer âmbito.

Agora, vocês estão de parabéns porque estão vindo pra organizações. O pessoal de Feira, organizado, veio pra cá? O pessoal do outro sistema organizado da Prefeitura? São vocês?

(Algumas pessoas no Plenário respondem sim.)

Isso é que nós temos que buscar, e outra, paralelamente a isso, irmão, você, do PT, eu não peguei seu nome, somos do mesmo partido, tem uma coisa pra mim que está muito clara: óbvio que nós vamos ter que discutir numa sistemática de inclusão, como nós fizemos agora com o transporte alternativo de vans, num contexto. Não vamos chegar aqui pra prometer que vai acontecer o céu, o mar e a terra. É mentira! Vamos ter que discutir dentro de um processo de inclusão de horários, de determinação de segurança, de determinação relacionadas à organização de cada um, de fazer como estamos fazendo agora, estamos discutindo paralelamente com o sistema de transporte alternativo financiamento, porque todo mundo vai participar de uma licitação. A lei diz isso. Você não vai chegar lá e dizer: “Olha, vai ficar quem está no sindicato”. Não. Quem está no sindicato está mais organizado, está mais capacitado, inclusive para saber quais são as regras e buscar dentro delas o seu caminho, o financiamento, acreditar no que está fazendo, fazer essa organização funcionar!

Não pode acontecer. Às vezes dizem assim: “Mas tem que fazer para o sindicato, para associação, para cooperativa”. Não existe, porque aí você vai abrir para a empresa, ela chega lá e ganha de todo mundo. Não é assim. É individual, mesmo com as características que estamos criando aqui na Bahia.

Nós enfrentamos agora o problema dos transportes alternativos. Vocês neste

momento estão avançando na organização. Acho que, neste processo de organizar, vão ter de botar na mesa o que têm a dar. E vocês têm que me ouvir nessa mesa sobre o que têm a cumprir. Acho que é esse o Estado brasileiro que Lula está pregando para o mundo, mostrando-lhe que aquele que alguns achavam que não iria chegar a canto nenhum por ser apenas um barbudo sem educação que falava errado foi visto pelo Planeta agora como “o cara”. E por que é o cara? Porque não é muito difícil mudar as coisas quando a vontade política está sintonizada com a realidade que a grande maioria do nosso povo vive.

Acho que Wagner já mostrou a vocês o caminho que queremos para a Bahia. Queremos um caminho de solidariedade, de diálogo, sem conversa absurda. Ontem vi um pessoal buscando a URV. Calma, minha gente! Não é assim! Nós saímos agora dum processo - nosso companheiro Álvaro sabe o que estou dizendo - no qual 26 categorias tiveram nesta Casa o respeito, o alento, o diálogo, Lei Orgânica, Regimento Interno, estatuto. Coisa que não existia!

O policial militar pode olhar pra frente e saber o que tem lá, profissionalmente. O policial civil pode olhar também. Nós devemos URV, mas não é nossa. É dos anos 90 essa história. E os mesmos que nos anos 90 esqueceram agora aparecem como salvadores da pátria, comentando que agora é a hora da URV!

Não! Agora é hora de a gente botar o pé no chão, saber que o governo avançou no que pôde. Temos uma crise e vamos enfrentá-la avançando por cima dela, porque esta é uma crise do mundo que está mostrando que dinheiro que faz dinheiro não presta. Dinheiro que faz dinheiro não presta! Dinheiro tem que fazer felicidade, trabalho, produção. As pessoas têm que ser felizes, e lá na ponta é isso que nos importa. (Palmas!)

Quero dizer, meus amigos da mototáxi, vocês que já estiveram comigo quando não era nem político, que eu era advogado e gostava de trabalhar. Gostava e sou político. Fui o vereador mais votado de minha cidade, Feira de Santana, onde tive quase 5 mil votos.

Sou deputado de segundo mandato e sei que esses votos não me vieram nem da troca por tijolo, nem da troca por cimento, nem da troca do toma-lá-dá-cá do emprego. Vieram das minhas lutas sociais. E a todo momento é preciso entender que quanto menos excluirmos, menos vamos ter violência no nosso Estado, menos vamos ter pessoas que estarão sem perspectiva. E quanto mais organizarmos, mais vamos conseguir olhar na frente um caminho mais sereno e mais tranquilo no qual teremos condição real de dizer que a Bahia é outra e está bem melhor.

Contem com a gente. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- A Câmara de Vereadores de Côcos, acho que se transferiu para a Assembleia Legislativa. Tem aqui um bocado de vereadores. O vereador Agenor Fernandes Hilton, além de Alcione de Oliveira, Francisco de Assis Neto, Francisco Falcão, Firmino Cardon Bonfim. A maioria daquela Casa está presente. Transferiu-se para cá e veio apoiar a luta dos moto-taxistas, não é isso? (Palmas!)

Concedo a palavra, agora, ao major PM Azevedo, do Esquadrão Águia.

(Palmas!)

O Sr. MAJOR AZEVEDO:- Exmº Sr. Deputado Álvaro Gomes, Srs. Representantes da Mesa, funcionários desta Casa, Srs. Deputados, vereadores, senhores e senhoras aqui presentes, primeiro não poderia deixar de agradecer, Sr. Presidente da sessão, pela lembrança da Polícia Militar e pelo honroso convite feito a mim como seu representante.

Acho que nesse processo a Polícia Militar, como órgão responsável pela segurança pública dentro do Estado é um órgão também executivo de trânsito, inserido no novo Código de Trânsito Brasileiro, também faz parte desse processo.

Portanto, parabenizo até pela lembrança de estar aqui presente. Alegro-me muito poder estar participando desta sessão. Eu diria que meu posicionamento, a minha fala não é exatamente a do cidadão Azevedo, mas a de um técnico estudioso em trânsito que aqui vai apenas posicionar-se como técnico.

A primeira luta nesta questão da regulamentação do mototaxi é enfrentar um preconceito à atividade de motociclista. Digo isso porque convivo com muitos amigos, e quando você pergunta: “Meu filho está-se habilitando”. “Em quê”? “Em automóvel”. “Você já pensou em dar uma motocicleta para ele?” “Não, você é louco? Vou dar uma motocicleta para meu filho?”

Então, existe já um preconceito, porque as pessoas entendem talvez uma motocicleta como um veículo perigoso. A motocicleta pode ser um veículo vulnerável, mas não é um veículo perigoso, porque, na medida em que é utilizado com responsabilidade, é utilizado de maneira coerente, ele não se torna um veículo perigoso. (Palmas)

Aí, você vai e ouve muitas vezes os meios de comunicação dizendo: “aumentam em 475% o número de acidentes com motocicletas”. Mas esquecem de dizer muitas vezes que esses acidentes são provocados não por culpa do motociclista, mas são causados por culpa dos condutores de veículos maiores (palmas), e que, como reza o próprio Código de Trânsito, os condutores de veículos maiores deverão sempre zelar pela segurança dos condutores de veículos menores.

Mas não é essa a realidade, infelizmente, que a gente depara no trânsito. Então, senhores, já viram que essa é a primeira grande batalha: é vencer o preconceito no motociclismo. Tudo que sei sobre o assunto encontrei estudando o Código de Trânsito, consultando a nossa legislação, uma ata de conselheiros do Conselho Estadual de Trânsito, e eles emitiram uma reunião do Conselho, um parecer, diga-se de passagem, que não foi por unanimidade, mas por maioria, em que os conselheiros decidiram entender que a motocicleta não era um veículo, não foi contemplada pela legislação de trânsito como veículo apropriado para exercer atividade remunerada.

Isso está numa decisão em ata registrada pelos conselheiros, em setembro de 1997. De lá para cá muita coisa mudou. Além do mais, eu, consultando a legislação de trânsito, não consegui verificar, expressamente, nenhum dispositivo do Código de Trânsito afirmando que é proibido a motocicleta fazer o transporte remunerado. (Palmas)

Apenas a legislação de trânsito, na capítulo que fala sobre a classificação dos veículos, diz que quanto à espécie pode ser um veículo automotor, aí pode ser automóvel, motocicleta; e quanto à categoria, pode ser particular, pode ser de aluguel.

A questão está em conseguir trazer o veículo motocicleta particular, transferir esse veículo para a categoria aluguel. O art. 135 da mesma lei diz que cabe ao município regulamentar a atividade dos veículos de aluguel. Para você conseguir trazer a legalização da atividade de mototáxi, é preciso transformar o seu veículo de particular para aluguel. Agora, você não vai conseguir fazer isso através do Detran. Para lhe conceder uma placa de aluguel, o Detran precisa, primeiro, que o município regule essa atividade. (Palmas)

Como bem colocou o nosso vereador de Juazeiro, cabe à União legislar sobre trânsito e transporte. Mas vai demorar até que, efetivamente, expressamente, isso venha na lei. Penso que a questão não gira em torno da proibição, porque a lei não proíbe, gira em torno da regulamentação. Então, cabe ao município regulamentar a atividade. Esse é o meu pensamento. É verdade que estamos falando de leis, estamos falando de direito. Obviamente, cada um tem uma opinião e um posicionamento. Estou apenas emitindo um posicionamento meu dentro daquilo que, particularmente, consigo vislumbrar na legislação atual de trânsito.

Existem questões, senhores, que devem ser enfrentadas, obviamente, com inteligência. É verdade. Penso também que temos que analisar a coisa sob a ótica da responsabilidade, porque a população espera um serviço, mas que seja um serviço de qualidade. Ou seja, não pode ser colocado um serviço de forma irresponsável. Temos um compromisso, o Estado tem um compromisso com o povo, com os seus interesses. Há uma supremacia do interesse coletivo, e aí essa questão da regulamentação inspira cuidados. Tenho certeza de que todos hoje que já exercem a atividade de mototaxista, embora ainda não seja uma atividade regulamentada, fazem isso com responsabilidade. (Palmas) A preocupação está nos futuros mototaxistas, naqueles que vão se inserir nesse processo, e aí é preciso que nessa regulamentação haja, sim, uma exigência porque sabemos o que acontece.

Nós que pilotamos sabemos que, quando se vai levar um garupa, temos que o instruir, temos que o orientar, porque nem todo garupa sabe se comportar como garupa. Então, é preciso que o homem que vai transportar um garupa, primeiro, dê orientações a essa pessoa para que ela colabore e não provoque situação de dificuldade na sua pilotagem podendo com isso causar um acidente. Para coisas dessa natureza acredito que são importantes as exigências. Há um projeto de lei do nosso senador João Durval que visa justamente, aí sim, a trazer com mais clareza esta questão para a legislação. É válido, sem dúvida.

Acredito que há muita coisa que deve ser discutida. Parabenizo a iniciativa do senhor, deputado, por justamente estar trazendo esta questão a esta Casa, que é do povo, para que vocês tenham a oportunidade também de expressar as suas opiniões já que esta Casa é de vocês, é a Casa de todos nós. (Palmas)

Há muita confusão. Vou procurar ser mais breve, mas há muita confusão, por exemplo, esta questão hoje da proibição. Nesse projeto de lei que está tramitando no Congresso e que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça o que se coloca é a questão, por exemplo, da proibição da motocicleta transitar entre veículos adjacentes. Isso, senhores, para quem acompanhou a implementação e a aprovação do Código de Trânsito... Se os senhores abrirem o Código de Trânsito hoje, vão ver lá: “Art. 56 – *Vetado*.” Foi vetado na época pelo Executivo, porque essa proibição já fazia parte do

projeto de lei do atual Código de Trânsito. O Executivo, na sua justificativa, vetou por entender que essa proibição inviabilizaria por completo a atividade de motocicleta, principalmente nas zonas urbanas, porque é um veículo que foi criado justamente para quê? O que é que caracteriza mais a motocicleta? A sua mobilidade. Agora isso não retira a responsabilidade do motociclista quando as próprias normas de circulação e conduta dizem que os veículos deverão manter distâncias laterais, frontais e traseiras de segurança. E é aí que o motociclista tem que ter a preocupação porque, caso ele se envolva num acidente e esse acidente for levado para as vias do Poder Judiciário, é possível, sim, que o Poder Judiciário vinculado à questão da lei faça a análise sob a ótica das normas de circulação e conduta o que implicaria levar o prejuízo e a responsabilidade direta àquele que não zelou por aquilo que preconiza a lei.

Então o que é que acontece? Mais de 10 anos depois, isso foi em 1997, estamos em 2009, alguém resolve voltar, uma questão que já estava superada, alguém resolve trazer à tona. Quer dizer, uma coisa que já havia sido sepultada, enterrada, volta-se novamente à questão para que seja recolocada no Código de Trânsito.

Por aí a gente vê que é muito confuso, existem opiniões muito diversas, divergentes, e acho que, de alguma forma, é preciso que a gente dê uma estacionada para ver, porque se não conseguimos ainda fazer a interpretação correta da lei que está aí, imaginem se começarmos a mexer na lei de forma atrapalhada. As pessoas, às vezes, ainda não conhecem a lei, é preciso conhecer, familiarizar-se com a norma para que efetivamente então possa pensar em mexer.

Dei aqui, senhores, apenas o meu humilde posicionamento como alguém que gosta de estudar a legislação do trânsito. Henrique Balthazar, amigo nosso, sempre que sai uma resolução nos procura e nós debatemos e discutimos o assunto.

Enfim, é esse o meu posicionamento. (Palmas) Quero agradecer aos senhores a atenção, agradecer ao deputado Álvaro Gomes mais uma vez e agradecer a esta Casa por me dar a oportunidade de estar aqui falando para os senhores.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Queria sugerir, abrir um pouco o debate para os demais presentes, mas sugerindo o tempo máximo, rigoroso, de três minutos em função da véspera do feriado e do adiantado da hora, para que possamos dar continuidade à sessão especial.

Então o primeiro que se inscreveu foi o Luiz Santana que é secretário nacional do Desenvolvimento e Expansão do Movimento Nacional dos Mototáxis e Motofretes.

Serão três minutos para cada orador que quiser fazer uso da palavra, de preferência um por cada associação de cada cidade, para que tenhamos uma representação maior.

O Sr. LUIZ SANTANA:- Senhores, boa-tarde.

Quero parabenizar o deputado Álvaro Gomes por ele estar pleiteando uma matéria bastante discutida, um dos projetos que tramitou na Câmara dos deputados e, hoje, tramita no Senado Federal, um dos projetos mais polêmicos. Desde 2002, que estamos fazendo a ponte Bahia-Brasília. Graças a Deus, os encaminhamentos desse projeto estão muito avançados.

Mas o que eu quero dizer em relação a isso é o seguinte. Novamente, parablenizo este ilustre deputado pela questão de trazer para esta Casa uma discussão sobre transporte. E quando se fala na discussão sobre transporte, nós colocamos a questão de segurança e acidentes. Eu tenho participado de diversas audiências públicas tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. E a matéria da discussão é segurança.

Ora, se a questão da motocicleta de duas rodas assim como todas as pessoas que trazem esta plataforma da discussão, exige que a motocicleta é o transporte de risco. Até mesmo as companhias de seguro entendem que o transporte de duas rodas é motocicleta e é um transporte de risco. Por isso, um dos seguros mais caros é a motocicleta. Ora, se João tem um Honda Civic e ele paga 30% do valor de quem uma Pop 100. Eu vou entender que seja um absurdo a implantação do seguro obrigatório ser tão alto como o seguro hoje é de R\$ 258,13. Eu vou entender que isso é um absurdo.

Mas quanto à questão em relação ao mototáxi, quero dizer, senhores, que o mototaxista hoje em nosso País se transformou em uma realidade. Hoje já há pesquisas feitas pela Unicamp, entre outras universidades de nosso País, que constataram que uma das maiores geração de emprego é o mototáxi. Entre o mototáxi e o motofretista, nós já temos 2.500 milhões já circulando nesta questão.

Então, dá para se entender que, realmente, é uma necessidade a regulamentação. Ora, para complementar porque o tempo está sendo muito curto, aproveitando a oportunidade da presença de nosso deputado de nossa cidade e conterrâneo, alimentando-me das palavras do major, falarei sobre o sistema da placa vermelha.

Nós temos um sistema, em Feira de Santana, graças a Deus, já faz oito anos, que já funciona com placa vermelha. E, para nossa surpresa, durante o ano passado, substituiu-se o diretor da 3ª Ciretran em nossa cidade e vetou ou travou no sistema da Bahia que não se emplaca mais motocicleta de placa vermelha. E, aí, nós temos a dificuldade, porque isso já está tramitando justamente no Judiciário para que a gente resgate esta questão.

Então, de qualquer sorte, impediu um avanço aqui. Em primeira mão, gostaríamos de que o nosso deputado Zé Neto, conterrâneo de nossa cidade, interferisse nesta questão assim como também o nosso presidente que está presidindo a sessão.

Eu gostaria de então, porque o tempo foi bastante pouco, mas eu tenho certeza de que há outros companheiros que querem fazer o uso da palavra. É o seguinte, senhores, há a questão da regulamentação de mototáxi no Brasil e isso começou em 2002. Eu acho que tramitou e é o 37º projeto de lei engavetado; embora haja o projeto de 6.302/2002 que se transformou agora no PLS 203 que já tramita no Senado.

Há outros países como Alemanha, desde 1987, já existe mototáxi naquele País assim como também na Bolívia. Há mais de 50 anos já existe este sistema já implantado legalmente em cada País. Então, o que falta agora? Abraçar esta causa na Bahia. A Bahia, com certeza, não será diferente.

Eu gostaria de pedir uma oportunidade aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para esclarecer uma questão de um projeto que está sendo tramitado aqui desde 2007 e dá isenção para a compra de motocicleta para os profissionais do sistema. Ora, no estado de Goiás, desde 1985, o governo local já isentou a questão da compra do veículo com isenção de ICMS. Na Bahia, nesta Casa aqui, tramita em projeto de lei embora esteja ele engavetado, eu gostaria, nesta oportunidade, uma vez que o deputado está

pleiteando uma causa tão justa, eu gostaria de que ele interviesse nessa questão.

Mas eu já passei de 1min30seg, e quero dizer aos companheiros mototaxistas e aos nossos nobres deputados que a causa é essa discussão e, com certeza a Bahia precisa dessa regulamentação.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nós temos aqui vários oradores. Eu peço o cumprimento rigoroso do horário em função do adiantado da hora, tanto para esta sessão não terminar esvaziada, como também em função dos servidores e da véspera do feriado. Portanto, eu peço o cumprimento rigoroso do tempo.

Nós temos Ferreira Júnior, Sérgio, Moisés, Daniel, Josino, Damião, Nemias e George.

Eu quero registrar a presença de Agnaldo Pereira, representando o Sindicato dos Bancários da Bahia.

O companheiro Henrique Balthazar quer fazer uma observação.

O Sr. Henrique Balthazar:- Fico muito feliz com a presença dos vereadores da Cidade de Côcos, que não estão mais aqui, no Plenário, mas estiveram. Cabe uma visita do Sindmoto a essa cidade. Vamos organizar uma caravana do Sindmoto para ir à Cidade de Côcos, para ver a realidade do mototáxi lá. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Ferreira Júnior.

O Sr. FERREIRA JÚNIOR:- Exmº Sr. Deputado Estadual Álvaro Gomes, em nome de Camaçari eu agradeço-lhe em público pelo apoio que o senhor nos deu para que pudéssemos chegar ao Distrito Federal. Eu quero dizer para o senhor que em 2005 foram tomadas em assaltos e latrocínios, em nosso município, 90 motos. Em 2007, foram 72 motos tomadas em assaltos e latrocínios.

Após a padronização das motos em nosso município, em 2008 foram, simplesmente, tomadas, entre assaltos e roubos, 33 motos. Isso não quer dizer que essas 33 motos eram mototáxis, mas, anteriormente, a maioria dos crimes, a maioria dos assaltos eram contra a nossa categoria, pois era fácil roubarem nossas motocicletas.

Após a padronização, esse pessoal de verde é do nosso município, houve uma redução significativa dos roubos de moto na cidade. E também nós conquistamos a confiança, não só da população, facilitando o trabalho da Polícia Militar no município, que hoje sabe diferenciar o trigo do joio. Antes, éramos tratados como marginais; hoje, como cidadãos, como trabalhadores.

Então, em nome de Camaçari, eu peço a Deus que te abençoe, que te ilumine, Henrique Balthazar. Conte conosco, companheiro, porque a luta é nossa.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Parabéns pela objetividade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao próximo orador, o companheiro Sérgio, da Associação Metropolitana dos Mototaxistas.

O Sr. SÉRGIO ALVES SILVA:- Quero agradecer ao deputado Álvaro Gomes e aos demais membros da Mesa por esta maravilhosa iniciativa de nos dar esse apoio, sempre nos acompanhando nessa luta, e a Henrique Balthazar, que está conosco nessa luta. Agradeço a todos os colegas também.

Eu quero adiantar a palavra e pedir ao major do Esquadrão Águia que está aqui que pudesse observar mais um pouco que um dos funcionários que trabalha no Águia, que presta serviço na STP, tem um comportamento muito brutal com os nossos colegas.

Hoje, não estamos praticamente padronizados, mas de certa forma eles nos perseguem de maneira muito arbitrária, abusando do poder que têm. Não estou falando dos policiais em geral, mas de uma pessoa; não vou citar o nome dele por motivo de segurança, entretanto muitos o conhecem, os que trabalham em Narandiba são perseguidos por ele.

Falo também da Transalvador, porque os empresários de ônibus estão fazendo coisas que, para nós, são uma surpresa. Pelo que escuto dos colegas, eles estão botando ônibus dentro da Transalvador para prender motos em Salvador. Até então não é regulamentado em Salvador, realmente, mas estamos lutando para isso. Queremos deixar de ser marginais, porque existem muitas pessoas de bem que hoje sustentam a família em cima da moto. Eu trabalho com isso e sei do risco que corremos durante a noite inteira trabalhando com essas motos.

Temos a segurança da polícia também, que nos dá o maior apoio. Agradeço, por exemplo, ao major Couto – que trabalha em Paripe e é uma excelente pessoa; ele nos dá o maior apoio – e ao capitão Umberto, da 18ª de Periperi. São pessoas de bem que abraçam o nosso trabalho, mas existem policiais que agem de uma maneira que nos deixam surpresos. Não quero generalizar.

Falo em nome do nosso do pessoal de Salvador e de outros colegas também. Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Próximo orador, Moisés, do Sindmoto.

O Sr. MOISÉS:- Uma boa-noite a todas e a todos os presentes. Em nome do Sindmoto-Bahia, gostaria de pedir ao nobre deputado responsável pela iniciativa desta sessão especial, que pudesse ter uma visão mais ampla referente a essa situação do mototáxi na Bahia e em Salvador. São profissionais sofridos e perseguidos pelo STP, Polícia Militar, SET e por outros órgão competentes.

Gostaria também de falar – vamos bater o tempo todo nessa tecla – sobre a situação do seguro obrigatório. Isso é um absurdo! Tenho uma moto ML 88, que pago R\$ 260,00 de seguro obrigatório; já um BMW dos barões não paga R\$ 100,00 de seguro obrigatório. Isso é um absurdo!

Gostaria que o nobre deputado pudesse ver uma emenda, juntamente com o nosso deputado federal Daniel Almeida, para tratar dessa situação na esfera federal. É um absurdo uma moto pagar R\$ 260,00 de seguro obrigatório.

Minhas palavras são essas. Gostaria de deixar uma saudação a todos os mototaxistas e motoboys do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra Daniel, do Sindmoto de Feira de Santana.

O Sr. DANIEL:- Boa-noite a todos e a todas. Gostaria de saudar a Mesa na

pessoa do companheiro Baltasar, presidente do Sindmoto, esse baluarte que contribuiu para o acontecimento deste grande evento; e também de parabenizar a iniciativa do deputado Álvaro Gomes. Agradeço, ainda, a presença dos vereadores, que já se foram, e de todos os companheiros que vieram dos diversos municípios do nosso Estado.

Vou falar um pouco corrido para poder aproveitar a introdução do que gostaríamos de debater e, inclusive, de propor neste nosso encontro.

Quero também chamar atenção do deputado estadual José Neto para que prestasse atenção à nossa fala, ele que é de Feira de Santana e tem muito a se comprometer com o que vamos propor aqui agora.

Bem, pessoal, com relação ao que foi dito anteriormente, os empresários entendem, não só na Bahia mas também no Brasil todo que eles possuem a reserva de mercado, que o direito de mobilidade dos passageiros pertence a eles. No lugar que não existe o transporte convencional, esse tipo de empresário, fica mais fácil. Em nível de Brasil, Chico da Princesa foi quem fez com que esse projeto ficasse amarrado durante 7 anos. A maioria das emendas são da Comissão de Viação e Transporte Terrestre. Chico da Princesa também controla os Sindicatos dos Empresários de todo o Brasil. Não vou me alongar sobre esse tema, essa é só uma informação.

Queremos parabenizar esta Casa, o Governador Wagner, pela aprovação da lei do transporte alternativo, que após uma luta de 20 anos, só agora houve um desfecho. A respeito do projeto antigo cujo nº é 2002, citado por Luiz Caetano, quero dizer que ele tramita no Congresso Nacional há 7 anos ou mais. E o projeto nº 532, de autoria do Senado, prevê a criação da categoria F, ou seja, o profissional vai ter a sua categoria estampada na carteira de habilitação.

Precisamos organizar, na Bahia, diversos sindicatos para que possamos fazer a Confederação Estadual dos Sindicatos dos Moto-taxistas. Esse assunto já foi discutido em diversos momentos com os presidentes de associação, inclusive o companheiro Balthazar tem feito um grande trabalho de organização para que a fundação dessa confederação aconteça. Essa confederação pretende contribuir com esse projeto, que é a regulamentação em nível estadual, que fica no meio e vai contribuir tanto para a nacional quanto para a municipal, porque vai servir de balizamento. A questão estadual propõe o seguinte: que vai haver a padronização das motos em nível estadual e o fardamento em nível municipal. Significa dizer que todas as motos de transporte de passageiros do Estado da Bahia terão uma cor e a farda dos moto-taxistas será escolhida livremente por cada município.

Quero agradecer imensamente a presença de todos os companheiros e dizer que peguem cada um de vocês o número do Sindmoto para fazer contatos. Temos que fazer os debates e passarmos informações para esta Casa, para que depois não se faça emenda em cima desse projeto, em cima dessa iniciativa brilhante do deputado Álvaro Gomes.

Obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- O pessoal de Camaçari está se preparando para ir embora, mas eu queria só informar alguns projetos que estão em tramitação relativos a mototaxista, motociclista de uma maneira geral. Dentre os projetos de minha autoria encontra-se o de nº 15.695, que institui o dia 27 de julho

como dia estadual do motoboy e do motociclista e do mototaxista. Dia 27 é o dia nacional também, e essa data foi escolhida em função da fundação do Sindicato dos Motociclistas do Estado da Bahia. Naquela época já prevíamos o crescimento dos moto-taxistas, tanto que o sindicato representa a todos.

O sindicato nasceu no Sindicato dos Bancários da Bahia, inclusive Henrique Balthazar é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e é o presidente do Sindmoto. Eu, na presença da entidade, na época, junto com Henrique Balthazar entendíamos a importância da organização desse segmento exatamente para travar essas lutas que estão sendo travadas hoje e desde aquele momento nós já prevíamos aquela situação. Por isso que o sindicato foi criado. Se não fosse essa previsão, o sindicato não teria sido criado. Foi em função da necessidade de defesa de todos – motaxistas, motociclistas, motoboys, etc.

O projeto de lei nº 15.731, que altera a redação do inciso V, artigo 4º da Lei nº 6.348, de 17 de dezembro de 1991, concede isenção do IPVA para motocicletas. Então, esse é um projeto que está tramitando desde 2006, e esperamos que seja aprovado o mais rapidamente possível.

Outro projeto é o de nº 15.724, também de 2006, que isenta todas as motocicletas do pagamento de pedágio nas estradas e rodovias do Estado da Bahia. (Palmas) É importante ressaltar que hoje nós temos um pedágio, mas poderemos ter outros, como Salvador-Feira, etc. Então, esse projeto isenta do pagamento de pedágio todas as motocicletas, entre outras informações e proposições de minha autoria.

Essas são os informes que queria.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- O presidente do Sindmoto também queria fazer uma saudação rápida para o pessoal de Camaçari. Com a palavra o Sr. Henrique Balthazar.

O Sr. HENRIQUE BBALTHAZAR:- A gente já estava saindo, mas acho que dá para segurar um pouquinho. Mas se o pessoal já está querendo ir, é por conta daquela estrada Salvador-Camaçari, que é extremamente perigosa e já passou da hora de ser duplicada, pois acidentes acontecem ali todos os dias e não se faz nada. É uma estrada extremamente perigosa e o pessoal está preocupado em pegá-la à noite. Então, quero explicar que esse é o motivo do pessoal estar saindo, mas sair agora ou daqui a 10 minutos, acho que não faz muita diferença.

Queria marcar o tempo de 2 minutos para os próximos oradores, porque se forem 2 minutos para cada um, em 8 minutos a gente está terminando e o pessoal de Camaçari vai poder ouvir.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra a Josino Francisco, com a sugestão de 2 minutos para que termine com a sessão cheia.

O Sr. JOSINO FRANCISCO:- Quero cumprimentar com um boa-noite a todos os ouvintes e à Mesa, e principalmente os mototaxistas. Quero dizer aos mototaxistas de Camaçari, de Feira de Santana, de Salvador e de Lauro de Freitas que aqui se encontram que não seria possível uma festa tão bonita se não tivesse a participação de vocês. (Palmas)

E tendo como base o serviço do mototaxista na nossa cidade, em Camaçari, gostaríamos de passar para vocês tudo que aconteceu na última semana, como foi negociado e exposto com a superintendência daquele município. O tempo é curto, está em minha mão uma pauta que tem cerca de 30 reivindicações, todas elas negociadas. A superintendência aprovou algumas e outras estão para ser aprovadas.

Como o tempo é curto, e só restam 45 segundos, peço a compreensão. Estamos eu, Moisés e Suzana à disposição para dar o esclarecimento total à categoria, porque nós abraçamos a causa, ganhamos e vamos levar.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a Damião, de Cajazeiras.

O Sr. DAMIÃO:- Boa-noite, pessoal, boa-noite ao público.

Quero parabenizar o nosso deputado Álvaro Gomes, a Câmara de Vereador.

Sou representante de Cajazeiras e quero dizer a vocês que estamos de parabéns, vamos continuar essa luta e estamos juntos com Henrique Balthazar, que é o nosso presidente. É só isto que eu tenho a dizer a vocês: lutem para que possam alcançar esse objetivo.

Quero agradecer a vocês.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Vamos ouvir agora o Nemias, de Valença.

O Sr. NEMIAS:- Uma boa-noite à Mesa, aos nobre colegas.

É um prazer estar aqui em defesa desta causa. Estamos aqui nesta luta, estamos com vocês. Me sinto feliz em ver vereadores vindo de Juazeiro e de outros lugares, apoiando esta classe, a qual estamos enfrentando uma certa dificuldade em Valença, não pelos vereadores, e sim pelo nosso prefeito, pelo coordenador do Detran, a qual me sinto feliz em ter uma pessoa como essa coordenando o Detran em Salvador e dando esse apoio. O major, aqui, que também está apoiando os mototaxistas, e nós dependemos dessa força, que o nosso nobre deputado Zé Neto possa nos ajudar, pois estamos carentes.

Temos um projeto de lei já aprovado pelo município, mas temos um prefeito ditador, que está nos prejudicando. Estamos aí enfrentando uma luta horrível com esse prefeito de Valença, mas dependemos de vocês e contamos com todos vocês, com Henrique Balthazar, que tem nos apoiado firmemente nessa luta e contamos com o apoio dos nobres colegas, que nos ajude nessa caminhada, pois estamos juntos e sairemos nessa luta vencedor.

Obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra a George, de Juazeiro. Após ele, teremos Carla Santos, fundadora do Mototáxi de São Francisco do Conde.

O Sr. GEORGE:- Boa-noite a todos.

Gostaria de parabenizar ao deputado por essa iniciativa e agradecer também a presença de todos os companheiros que estão aqui conosco nessa luta, buscando melhorias para o movimento do Mototáxi.

Em se falando em melhorias, falando do meu município, graças à luta do nosso companheiro vereador Antônio Vargas que já vem a muitos anos nessa luta. Inclusive, há alguns anos atrás, não conseguíamos parcerias, hoje nós temos parcerias com algumas empresas. Em Juazeiro, há algum tempo, só existia a Honda, líder do mercado. Hoje, nós temos a Yamaha, a Dafra e outras mais, em torno de 10. Quer dizer, isso é geração de emprego direta e indiretamente. O movimento do mototáxi em Juazeiro está gerando mais de mil empregos no município.

Hoje, graças a Deus, estamos fechando um acordo com a prefeitura com relação à regulamentação do mototaxista em Juazeiro e as empresas de ônibus. É um acordo que, apesar de desgastante, é passivo. Vamos rodar em torno de 500 mototaxistas padronizados e ver se conseguimos colocar esse movimento como exemplo no Brasil, um movimento que hoje agrada a muitos, a população, a sociedade, que hoje aceita em 95%, pelo menos no município de Juazeiro, está usando um movimento que desagrada a poucos, que é o monopólio do transporte coletivo de passageiros em Juazeiro e no Estado da Bahia. Então temos que quebrar esse monopólio, nos unir, gerar forças e buscar pessoas de bom senso que venham a nos apoiar.

O vereador está me pedindo para frisar em relação ao curso. Nós estamos conduzindo, lá na associação, com a Uneb, que é o curso de Relações Humanas. Então esse é o bom atendimento ao cliente. Curso de Relações Humanas, direção defensiva e ofensiva, a gente vai trabalhar no que for possível para melhorar o movimento dos mototaxistas em Juazeiro e em todo o Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra, agora, a Carla Santos, fundadora do Mototáxi de São Francisco do Conde. Então, a última oradora, nós vamos encerrar com chave de ouro.

A Sr^a CARLA SANTOS:- Boa-noite a todos, ao nosso grupo guerreiro de Feira de Santana, de Luiz Santana, à Casa, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que nós mototaxistas, mulheres, somos mulheres mães, mulheres guerreiras, e a discriminação é muito grande em relação à mulher. Nós mulheres temos que derrotar... Hoje em dia, tem mulher prefeita, vereadora, mulher em toda classe, principalmente, mãe. Nós somos mães, mas também somos mototaxistas também.

Gostaria de agradecer a Balthazar pelo apoio que tem dado a nossa cidade, São Francisco do Conde, que é uma cidade muito difícil, e pedir o poio ao Sr. Álvaro Gomes. Como mulher mototaxista e fundadora do Mototáxi em São Francisco do Conde, fui a primeira mulher a ter moto em São Francisco do Conde, com toda ousadia, fui muito criticada e até apedrejada. Mas, até hoje eu estou com uma 125, lutando, juntamente com meu esposo, que é presidente da associação. Iremos a Brasília, se for preciso, estamos na Bahia, em qualquer lugar, eu sou mototaxista.

O major não está mais aqui, mas eu queria pedir a ajuda dele, porque em São Francisco do Conde não tem regulamentação nem para as pessoas que conduzem as

motos, principalmente os menores de idade, com 15 anos, que recebem moto dos pais e começam a rodar.

Então, a luta em São Francisco do Conde é grande. Pedimos ao senhor, deputado Álvaro Gomes, que nos ajude a combater a morte de crianças envolvendo motos em São Francisco do Conde.

Boa noite e muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a fala de Carla, nós estamos encerrando esta sessão especial, dizendo que este foi apenas um passo e novos passos nós daremos.

O deputado Zé Neto, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, sem dúvida nenhuma, vai viabilizar a discussão e o debate dos projetos que dizem respeito ao mototáxi e às motos no Estado da Bahia e outras sugestões poderão ser debatidas e discutidas por nós e, em seguida, levadas para o Congresso Nacional, porque muitas questões dependem do município, outras, do Estado, como também do governo federal, ou seja, temos que trabalhar envolvendo a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Então, nesse processo, nós poderemos avançar e muito para que esse segmento seja, realmente, reconhecido e de fato respeitado pela sociedade. Disso eu não tenho nenhuma dúvida, porque mais cedo ou mais tarde vocês vão conseguir a vitória, que não é a vitória de vocês, mas a vitória de toda a sociedade, pois a dignidade dos mototaxistas e dos motociclistas é a dignidade de todos nós, bem como de toda a sociedade. Por isso é uma luta de todos.

Queremos registrar mais uma presença importante, a do deputado Gilberto Brito dando apoio a esta luta.

Em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia quero agradecer a presença de todas as representações e de todas as entidades e dizer que foi uma sessão muito especial. A primeira sessão especial da história da Assembleia Legislativa da Bahia é apenas a primeira. Novos passos serão tomados, (palmas) porque nós, deputados da Assembleia Legislativa da Bahia, vamos abraçar esta bandeira com muita firmeza.

Em nome do Poder Legislativo do Estado da Bahia declaro encerrada esta exitosa sessão especial. (Palmas)

Manifestação dos motociclistas: “Motociclistas unidos jamais serão vencidos! Motociclistas unidos jamais serão vencidos!”

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*